pela liderança do PMDB, que adiava a garantia de emprego para lei ordinária; "Empresários" – emenda que estabelecia a indenização no lugar da garantia no emprego, encaminhada através do deputado federal Darcy Pozza (PDS-RS) e da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS); "40 horas" – emenda do deputado federal Brandão Monteiro (PDT-RJ), estabelecia o limite da jornada de trabalho em 40 horas semanais; "Unicidade" – texto defendido por todas as correntes políticas que mantinha a unicidade sindical – e sua vinculação ao Estado – sendo a oposição formada apenas pela CUT e o PT, que defendiam a autonomia sindical e o pluralismo.

A bancada da esquerda nessa comissão era muito reduzida. Considerando como base os membros do PT, PDT, PCB, PC do B e PSB, somava 08 titulares e 06 suplentes, totalizando14 parlamentares. O melhor momento, traduzido em número de votos, ocorreu na votação do texto de "Lula" e na das "40 horas", com 38 e 40 votos dentre o universo de 93 votantes. Já o momento de pior desempenho do PT ocorreu na defesa de uma nova estrutura sindical: na questão da unicidade, os deputados do PT tiveram a companhia do voto de alguns colegas do PFL e do PMDB (18 votos); já quanto à autonomia, o texto defendido pelo PT obteve apenas os votos de seus representantes (02) e os do PDT (03), totalizando 05 votos.

Pode-se concluir que, além dos partidos supracitados, a bancada de esquerda conseguia aglutinar alguns parlamentares do PMDB em votações pontuais, cerca de 23 membros da comissão de sistematização mais ou menos afinados em torno de alguns princípios. Parlamentares do PMDB, como Miro Teixeira (RJ), Artur da Távola (RJ), Nelson Jobim (RS), Aécio Neves (MG), Cristina Tavares (PE), Mário Covas (SP), entre outros.

Um dos mais sagazes críticos da realidade brasileira, o deputado-constituinte e sociólogo Florestan Fernandes (PT-SP), intelectual-orgânico ligado à tendência petista Democracia Socialista, analisava prospectivamente em 1987 o papel dos trabalhadores na Constituinte. Para ele, os trabalhadores deveriam pôr de lado as "ilusões constitucionais", disseminadas pelos meios de comunicação e impostas como parte da ideologia da classe dominante. Primeiro, os trabalhadores precisariam encarar a Constituição como ela é: ela organiza, sanciona e legitima a distribuição da riqueza e do poder na sociedade capitalista, não "igualmente" para todo o povo, mas seguindo o modelo de desigualdade econômica, cultural e de dominação de classe que impera na sociedade civil. Segundo, os trabalhadores precisariam encarar a própria "Assembléia Nacional Constituinte" como um campo no qual proletários e burgueses se enfrentariam como classes antagônicas e irreconciliáveis. Na Constituinte a sociedade civil apareceria de cabeça para baixo, invertida. A minoria dominante, graças aos artifícios da democracia burguesa e dos mecanismos eleitorais, torna-se maioria parlamentar. A maioria social surgiria ali como uma minoria parlamentar, graças aos partidos políticos proletários e aos setores dissidentes da burguesia, que constituem a sua esquerda e se aliam de modo oscilante àqueles partidos (o PT, o PDT, o PS, o PC do B e o PCB)[13].

Os embates constitucionais desenrolavam-se, nesse sentido, no âmago das lutas políticas das classes trabalhadoras com a grande burguesia nacional e estrangeira. As aparências superficiais demonstrariam apenas o interesse de começar e terminar em um "melhorismo" econômico e em um "mudancismo" democrático. Florestan alertava que, se tudo permanecesse igual, salvo certas alterações para satisfazer aos anseios de "participação popular" das classes trabalhadoras, a Constituição poderia passsar por "democrática" e "satisfazer a todos", dando a falsa impressão de que "todos" foram vitoriosos[14].

Antes mesmo da promulgação da Carta, a reação do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) ficara expressa no título de uma publicação sua: "Transformar em Carvão a Constituição". O MST explicitava a sua derrota para a articulação dos grupos conservadores que imprimiram no texto constitucional um retrocesso do encaminhamento da questão agrária. A "CUT Pela Base" - uma tendência interna da CUT formada por militantes sindicais ligados as correntes petistas Democracia Socialista, Vertente Socialista, PRC, e outras - defendia no III CONCUT (BH - 1988) esta mesma palavra-de-ordem, que mesmo não sendo assumida pela direção (composta em sua maioria pela Articulação Sindical), resultou na aprovação em plenário da proposta de rejeição da nova Carta. Percebe-se assim a relação de correntes políticas presentes tanto no PT como na CUT e sua relação com o MST. Esse intenso debate sobre a aprovação ou não da nova Constituição suscitava o posicionamento sobre o compromisso com a lei e a ordem institucional ou a sua negativa e a denúncia de seu caráter conservador, nos três principais representantes políticos do campo popular-democrático no Brasil.

13 FERNANDES, Florestan, "Burguesia usa poder econômico para controlar o processo constituinte", in: *Boletim Nacional da CUT*, no. 14, julho/agosto de 1987.

14 Idem, ibidem.



# Escombros do muro de Berlim sobre o PT e a CUT

Teones França[1]

Ao longo dos anos 1990 muito se falou nas ciências sociais brasileiras sobre a crise do que se convencionou chamar de *novo* sindicalismo. Dentre as possíveis causas que teriam influenciado nessa crise, comumente ressaltava-se o fim do *socialismo real* no leste europeu a partir do início daquela década. O presente artigo preocupa-se em revisitar esse tema, à luz de uma análise mais detida sobre o ponto de vista de correntes que compunham naquele momento a Central Única dos Trabalhadores e o Partido dos Trabalhadores – Articulação e Convergência Socialista – perspectivando, com isso, contribuir de alguma forma para o debate recente acerca dos problemas vivenciados pelos movimentos sociais em nosso país.

Desde o seu nascimento, em 1984, os encontros cutistas foram permeados por discursos favoráveis ao socialismo. No entanto, é no seu 2º congresso, em 1986, que em suas resoluções percebemos uma defesa mais enfática desse sistema:

> A democracia que queremos é a democracia sem miséria, é a democracia de terra e trabalho para todos, a democracia de uma sociedade igualitária, sem explorados e exploradores. Uma sociedade socialista. (...) O compromisso histórico da CUT: impulsionar a luta sindical dos trabalhadores, na perspectiva de construir uma sociedade socialista. (...) A alternativa dos trabalhadores para a sociedade é o socialismo...[2]

Os componentes dessa Central Sindical demonstravam também que mesmo antes da queda do muro de Berlim, em 1989, percebiam as alterações que ocorriam nos países do *socialismo real*. Em 1988 era consenso no interior dessa instituição que seria de grande importância *"acompanhar as mudanças que hoje se verificam nos países do bloco socialista, e que poderão trazer novas contribuições para a construção do socialismo"*[3]. As, até então, recentes medidas tomadas por Mikhail Gorbatchev na antiga União Soviética, que geraram alvoroço na imprensa mundial, não passavam, assim, incólumes aos olhos desse conjunto de sindicalistas, que seguiam ainda no final da década de 1980 tratando o socialismo de maneira positiva.

Entretanto, após 1989, com o recrudescimento dos fatos na Europa oriental, os documentos cutistas procuram diferenciar a posição defendida pelos sindicalistas brasileiros daquilo que ruía no velho continente. Nesse sentido é interessante analisar as teses das correntes internas da CUT, apresentadas ao 4º Congresso dessa Central, em 1991, pois praticamente todas – dezoito ao todo – entendiam que o que aconteceu na Europa não indicava o fim do socialismo, mas sim da sua faceta mais autoritária e burocrática implantada pelo stalinismo.

Como sabemos que desde sempre uma das principais características dessa Central Sindical era a divergência entre suas correntes internas, como explicar o quase consenso sobre o *socialismo real* e a superficialidade nas análises sobre o fim desse modelo?

Seria muito difícil encontrarmos a resposta para essa questão estudando apenas os textos escritos pelos sindicalistas das diversas correntes que faziam parte da CUT naquele momento. Por isso resolvi verificar também documentos dos agrupamentos políticos-partidários que compunham as correntes sindicais cutistas e concluí que nestes, as análises sobre os acontecimentos do leste europeu eram muito mais densas, permitindo identificar diferenciações entre os grupos até então não observadas.

Neste artigo irei me ater apenas a duas dessas correntes: a Articulação, corrente majoritária tanto na direção do PT quanto na da CUT; e a Convergência Socialista, que era uma corrente minoritária nessa Central no início dos anos 1990, ferrenha opositora da Articulação e que também integrava o PT até 1992.

1 Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense.
2 Resoluções do 2º Congresso Nacional da CUT, 1986. pp. 6-8.
3 Resoluções do 3º Congresso Nacional da CUT, 1988. p. 7.

Todos os documentos pesquisados eram de domínio público, pois acredito que o que mais nos interessa nesse momento é justamente a posição que esses grupos expressavam publicamente. De antemão, saliento que não é intenção deste texto apresentar a minha opinião quanto a essas questões, mas tão somente analisar as posições dos agrupamentos políticos estudados. Por outro lado, admito que apesar de adotarem a mesma denominação os agrupamentos sindicais não são a mesma coisa que os agrupamentos partidários, mas isso não prejudica os objetivos traçados neste texto.

### *Articulação*

Ao contrário das outras correntes políticas, integrantes da Articulação, aparentemente, não se preocupavam com uma homogeneidade quanto ao discurso público sobre posições acerca do marxismo e do socialismo. Por isso, é possível verificar membros que se reivindicavam desse agrupamento com opiniões nem sempre convergentes, sem a preocupação – exceto nas teses apresentadas aos encontros do PT e da CUT – de expor seus pensamentos como frutos de elaborações coletivas. Entretanto, tal fato não nos impede de estabelecer uma coerência nessas posições e extrairmos uma síntese da visão dessa corrente acerca das temáticas analisadas.

No 4º Encontro Nacional do PT, em 1986, o documento aprovado, que havia sido defendido pela Articulação, apresentava a construção do socialismo como orientação da prática partidária. Cabe lembrar que este foi também o ano em que se realizou o 2º Congresso da CUT, encontro este em que – como já salientei – transparecem os indícios mais nítidos de defesa do socialismo por esta Central. No texto petista encontramos trechos como o que segue abaixo:

> A superação definitiva da exploração e da opressão sobre o povo brasileiro não se dará com simples reformas superficiais e paliativas, mas sim com a ruptura radical contra a ordem burguesa e a construção de uma sociedade sem classes, igualitária, que, por meio da socialização dos principais meios de produção, vise a abundância material para atender às necessidades materiais, sociais e culturais de todos e de cada um de seus membros, ou seja, a construção do socialismo. E embora não esteja colocada, para o conjunto da classe trabalhadora, a consciência dessa necessidade, é possível afirmar que o estágio do desenvolvimento do capitalismo (...) já apresentam as condições necessárias para as lutas que (...) ampliem o espaço democrático (...) na direção da construção de uma sociedade socialista[4].

A análise tem como centro defender a necessidade de uma sociedade socialista, onde a partir da socialização dos meios de produção, produza-se uma abundância material que erradique a fome e os problemas sociais do país. No entanto, se por um lado não haveria ainda as condições subjetivas – o problema da consciência – para se alcançar tal sociedade naquele momento, por outro, os aspectos objetivos – o desenvolvimento do capitalismo – permitia acumular forças na ampliação *"dos espaços democráticos"* que colocariam a sociedade rumo ao socialismo.

A defesa do socialismo está presente nessas afirmações, mas já se faz a alusão que ele será alcançado a partir da ampliação da democracia no interior da sociedade. Para compreender melhor isso não podemos esquecer que o momento da construção desse texto coincidia com o fim da ditadura militar em nosso país e que era uma marca também nos documentos da CUT a defesa enfática da democracia.

Em 1989, ano da derrubada do muro na Alemanha, o programa de governo do candidato do PT à presidência da República, Luís Inácio Lula da Silva – intitulado *Projeto democrático popular* –, embora defendesse o socialismo, indicava novos traços na análise de conjuntura da corrente majoritária desse partido:

> Por meio de um processo simultâneo de acúmulo de forças, enfrentamentos e conquistas dos trabalhadores criaremos as condições para dar início às transformações socialistas no Brasil. (...) A implementação de um programa democrático e popular só pode ocorrer com a revolução socialista (...) o socialismo ou é obra dos trabalhadores ou jamais será socialismo. Por isso, estamos dispostos a disputar em todos os campos da hegemonia na sociedade e chegar ao socialismo pela ação e pela vontade das maiorias. Pelo desejo do povo e dos trabalhadores[5].

A influência do referencial teórico gramsciano é bastante perceptível no trecho acima e isso não é mera coincidência, pois na passagem da década de 1980 para a seguinte as idéias do marxista italiano ganharão espaço nos setores mais intelectualizados vinculados aos trabalhadores

4 *Uma proposta democrática, de massas e socialista para o PT*, 1986. p. 1.

5 "Diretrizes para a elaboração do programa de governo". In: *PT. Resoluções de encontros e congressos*. S.P.: Fundação Perseu Abramo, 1998. pp. 401-402.



brasileiros.

No entanto, a idéia de *"disputar em todos os campos da hegemonia na sociedade"* para se chegar ao socialismo pela vontade das maiorias, demonstra que esse referencial é utilizado de forma singular pelo setor majoritário da CUT e do PT para justificar a tese desse grupo naquele momento que advogava a possibilidade de chegada ao poder dos trabalhadores a partir de conquistas eleitorais que abririam caminho progressivamente no estado burguês. A meu ver, uma leitura imprópria dos conceitos gramscianos de *guerra de posição* e *hegemonia*, porque termina por desconsiderar, ao contrário de Gramsci, o conflito entre as classes e o fato de que a disputa hegemônica se dá no seio da *sociedade civil* e não na *sociedade política*.

Por outro lado, a mesma passagem do trecho, que foi destacada no parágrafo anterior, indica também o início da influência dos acontecimentos do leste europeu – e da Praça Tian Amen, na China – sobre essa corrente e, assim, aos *governos das minorias no socialismo real*, se contrapunha o *"socialismo pela ação e pela vontade das maiorias"*. Da mesma forma, a denominação *democrático e popular* fazia sentido como oposição ao autoritarismo burocrático stalinista.

Não é descabido incluir em nossa avaliação a seguinte lógica: por mais que a débâcle dos regimes que havia na Europa oriental já influenciasse em meados de 1989 a análise desse grupo sobre a realidade mundial e sobre a sociedade que objetivavam alcançar, a campanha ideológica da burguesia contra o socialismo ainda não tinha naquele momento o peso que alcançaria meses seguintes, o que fazia com que o socialismo continuasse a ser elemento importante como aglutinador das *esquerdas* e diferenciasse estas dos grupos considerados *conservadores*.

Em 1990, num encontro da CUT, a Articulação apresentava de maneira mais precisa a caracterização que fazia dos governos do leste europeu e afirmava que enxergava *"nos regimes burocráticos* [da Europa oriental], *apesar de todas as tendências de retorno ao capitalismo, o colapso do sistema de partido único, de falta de democracia, de participação dos trabalhadores nas decisões, da ilusão estalinista de construção do socialismo num só país..."*[6].

Características até então praticamente consensuais no conjunto dos sindicalistas brasileiros. Mas o que mais impressiona é a associação, apesar de bastante superficial, à tese trotskista que identificava como equivocada a defesa que fazia Stalin da possibilidade do socialismo vingar em um único país.

Um ano mais tarde, porém, esse agrupamento no interior do PT não enxergava mais as principais características daqueles governos como conseqüências do período stalinista e avançava suas críticas a Lênin:

> O colapso dos regimes do leste europeu, a crise da URSS e dos demais países que compunham o bloco do chamado 'campo socialista' não se constituiu apenas no crepúsculo do stalinismo, da burocracia e do totalitarismo travestido de socialista. Num certo sentido, o que se está vendo é o desmantelamento de grande parte daquilo que o movimento socialista mundial construiu desde a Revolução Russa de outubro de 1917[7].

Mais do que o fim do stalinismo, a crise do *socialismo real* passava a expressar para essa corrente o esfacelamento do acúmulo construído nesse campo a partir de outubro de 1917, ou seja, iguala-se toda a experiência construída no mundo pelos socialistas ao longo do século XX. Ao evitar, sem constrangimentos, a diferenciação entre Lênin e Stalin, a Articulação se afastava não apenas do socialismo adjetivado de stalinista, mas de qualquer tipo de socialismo que se associasse a Marx e a Lênin.

Entretanto, essa corrente passava a apresentar uma proposta alternativa de socialismo que buscava afastar o grupo e o PT de qualquer pedaço do muro derrubado no leste europeu. Em 1991, seis anos após o final do regime ditatorial no Brasil e com o *socialismo real* devidamente enterrado, a Articulação defendia a seguinte tese no congresso petista:

> A prática e a teoria do PT sempre rejeitaram como modelo para o Brasil os sistemas políticos organizados sobre a base do regime de partido único, dos sindicatos como engrenagens do Estado, da estatização forçada e irrestrita da atividade econômica (...) tudo aquilo, enfim, que ficou conhecido como a ditadura do proletariado. (...) [O projeto proposto de socialismo] prevê, portanto, a existência de um Estado de direito no qual prevaleçam as mais amplas liberdades civis e políticas (...); onde os mecanismos de democracia representativa, libertos da coação do capital, devem ser conjugados com formas de participação direta

6 Tese da Articulação Sindical. 6º Congresso Estadual da CUT/RJ, 1990.

7 *Por um Brasil democrático e popular*. Tese da Articulação ao 1º Congresso do PT, 1991. p. 3.

8 Idem. pp. 8 e 12.

do cidadão nas decisões econômicas, políticas e sociais[8].

Novamente percebemos a intenção de se afastar da crise do leste europeu, afirmando que tudo o que havia por lá nunca foi defendido pela corrente ou mesmo pelo partido. No entanto, a preocupação em também se afastar do referencial teórico de Marx acaba por associar um de seus principais conceitos – a ditadura do proletariado – a aspectos existentes nos regimes do *socialismo real*[9]. É possível que esta associação tenha sido ocasionada por mera confusão teórica[10], mas a verdade é que em muito se assemelhava às análises apresentadas naquele período pela grande imprensa em sua campanha ideológica da morte do socialismo e, conseqüentemente, das idéias de Marx.

Outro aspecto que merece ser destacado é que a democracia proposta pela Articulação no congresso petista, longe de qualquer princípio socialista, está bastante próxima da ideologia liberal tal qual como a conhecemos no pensamento clássico. Podemos verificar isso no clamor pelo Estado de direito, pela democracia representativa e pela alternância de poder.

A distância entre as afirmações dessa corrente em 1986 e as de cinco anos depois pode se explicar pelo fato do PT governar cidades brasileiras importantes no início dos anos noventa, além de ter a possibilidade concreta de chegar à presidência da República nas eleições de 1994, o que fazia com que a direção desse partido nutrisse a preocupação de apresentá-lo como um bom administrador do Estado capitalista.

Lula, um dos principais expoentes dessa corrente, apontava algumas pistas nessa direção:

> É chegado o momento de as correntes pararem de tentar impor esta ou aquela visão de socialismo e pensarem como deve ser o socialismo do PT, um partido que governa cidades importantes, que tem chance de governar estados importantes, que pode ganhar a Presidência da República.

Na mesma entrevista, Lula suscita que o PT até poderia seguir falando em socialismo, mas isso não seria um projeto para o presente e, portanto, ter um projeto para o imediato – para a possibilidade iminente de administrar governos e até o país – era o que importava:

> A minha opinião é que nesse congresso [do PT, em 1991] nós devemos ser muito mais pragmáticos do que fomos até agora, pois o PT tem a perspectiva de chegar ao governo em 1994. (...) O PT vai ter que deixar de só formular propostas para um futuro muito distante e apresentar soluções para o presente[11].

Dessa forma, é nítida a mudança ocorrida na posição desse grupo a respeito do socialismo a partir dos acontecimentos do leste europeu que tiveram início em fins da década de oitenta e sua busca por chegar ao poder, em nome dos trabalhadores, pela via eleitoral. É claro que, além do fim do *socialismo real* podemos citar outros elementos influenciadores desse projeto, como a *redemocratização* da sociedade brasileira e a conquista de diversas prefeituras no país pelo PT, mas inegavelmente a diminuição na ênfase de afirmações em prol do socialismo deve-se muito aos ventos que sopravam a partir da Europa oriental.

### *Convergência Socialista (CS)*

O agrupamento partidário dessa corrente que se encontrava no interior do PT editava, no período em questão, um jornal semanal, o que fez com que a pesquisa sobre as posições da CS se detivesse sobre um material bem mais farto que o encontrado sobre a Articulação. Podemos supor que isso se devia ao fato da Articulação ser o grupo majoritário no interior do PT e as posições daquela ser em grande medida as mesmas deste.

No congresso da CUT de 1991 a Convergência apresentava o seu ponto de vista a respeito do tipo de regime que ruía naquele momento no leste da Europa, assim como indicava o principal responsável pelos problemas gerados aos trabalhadores por aqueles governos:

> Os acontecimentos que abalaram o Leste Europeu durante todo o ano de 1989 significaram um enorme avanço revolucionário. As massas trabalhadoras do Leste levantaram-se contra a opressão das ditaduras burocráticas que governavam sob a mais feroz repressão. Ao mesmo tempo, mobilizaram-se contra a deterioração de suas condições de vida, provocadas pela política desastrosa do stalinismo de querer construir o 'socialismo em um só país' (...) Ao contrário do que a propaganda do imperialismo tanto falou, com a derrubada das ditaduras burocráticas do Leste, o socialismo não acabou. O que acabou foi a grotesca caricatura de socialismo...[12]

A CS acreditava que a responsabilidade total pelo que ocorria no leste da Europa era do stalinismo, que havia instalado burocracias predadoras no controle do Estado a partir da equivocada política do *socialismo em um só país*. Por outro lado, entendia que o socialismo permanecia vivo, pois o que estava ruindo naquela região era apenas a sua *"grotesca caricatura"*.

Seguindo a tradição trotskista, essa corrente caracterizava os países da Europa oriental como *"Estados operários burocratizados"* e, portanto, seria um equívoco considerá-los como socialistas, apesar de terem conseguido efetivamente expropriar a burguesia, processo que lhes possibilitou um grande crescimento econômico.

A crítica a Stalin era uma constante nos documentos da Convergência quando analisava a crise do *socialismo real*, responsabilizando o sucessor de Lênin no governo soviético pelo fim da democracia no decorrer da década de 1920 naquele país e pela falência econômica que começa a se verificar de forma mais nítida a partir da década de oitenta.

Ao criticar o que chamava de *"imprensa burguesa"* pelo fato desta considerar as eleições de 1989 na União Soviética como as primeiras em que prevaleceu a democracia nos mais de setenta anos da história desse país, a CS expressava um pouco mais da sua visão sobre o que havia na Europa oriental até então. Considerava que o Jornal do Brasil mentia duas vezes na sua análise sobre essas eleições porque não havia democracia naquele pleito – pois muitos líderes políticos estavam presos e impedidos de participar do processo eleitoral e o único partido legal era o PC –, e também porque nos primeiros anos posteriores à revolução russa realizaram-se eleições "realmente democráticas e foi possível estabelecer a mais ampla democracia que jamais existiu no mundo". Nas origens da URSS

> O Estado era formado por uma organização completamente nova, os sovietes, eleitos de baixo para cima nas fábricas, quartéis e no campo. Todos os representantes dos sovietes podiam ser eleitos e revogados a qualquer momento – o que acontecia muitas vezes. Havia a mais ampla liberdade de expressão, e eram legais todos os partidos que fossem aprovados pelos sovietes[13].

Dessa forma, esse grupo político considerava que existiu democracia socialista logo após a revolução de outubro, apesar dos problemas econômicos gerados pela guerra civil e das maiores exigências que esta impunha aos principais líderes bolcheviques. A ascensão de Stalin ao poder teria iniciado os expurgos àqueles que se opunham às suas medidas e iniciado a burocratização do partido e, com isso, começou a matar a democracia. Entretanto, não aparece em nenhum documento pesquisado dessa corrente a menção à destituição da Assembléia Constituinte que fora eleita logo após a revolução em 1917, o que poderia representar uma mácula nessa tão propalada democracia dos primeiros anos da Rússia revolucionária.

Para explicar melhor o fracasso da tese que advogava a idéia do socialismo vingar em um único país, a CS recorria aos ensinamentos de Leon Trotsky:

> Durante décadas, os teóricos do chamado 'socialismo em um só país', desde Stalin a Krushov e Brejnev, afirmavam que a economia socialista ia se impor no mundo através de um processo de concorrência pacífica. (...) Trotsky, na verdade, sempre disse o contrário. Para ele, o socialismo só seria irreversível em uma etapa muito avançada do seu desenvolvimento, quando as forças produtivas tivessem superado de longe as do capitalismo. Mas isso só poderia ocorrer com a vitória da revolução mundial, e não por um processo de 'concorrência'. Enquanto ela não ocorresse, só haveria uma economia mundial (...) dominad[a] pelo imperialismo[14].

O tom que observamos no trecho acima é o de cumprimento de um prognóstico elaborado há mais de cinqüenta anos, a saber, se a teoria do socialismo em um só país se saísse vitoriosa levaria a União Soviética para o caminho do capitalismo porque a economia mundial era hegemonizada por esse sistema.

Ainda seguindo os escritos trotskistas, a corrente acreditava que a partir de 1989 teria tido início, nos países do *socialismo real*, o processo de *"revolução política"*. Seguindo a tese encontrada n'*A revolução traída*, de Trotsky, a Convergência acreditava que, ao contrário da revolução de outubro de 1917, essa nova revolução não mudaria o caráter

9 De acordo com a leitura que podemos fazer de apenas algumas obras de Marx (*Crítica ao Programa de Gotha*), Engels (*Anti*-Dühring) e mesmo de Lênin *(O Estado e a Revolução*), a ditadura do proletariado deveria corresponder a um Estado democrático, mas apenas para o proletariado e os que não possuíam nenhum tipo de propriedade; em contrapartida, deveria ser um Estado ditatorial apenas para a burguesia e os outros setores igualmente minoritários na sociedade e que outrora representavam a classe dominante. Ora, definitivamente, não era isso que havia no leste europeu até inícios dos anos 1990. Ademais, para Marx, a ditadura do proletariado (ou o Estado controlado pelos trabalhadores) só seria necessário até o momento de se alcançar a "segunda fase do comunismo", momento da real democracia, onde existiria a plena liberdade e o trabalho não seria mais escravizador e sim bem-feitor de coisas úteis para o conjunto da sociedade.

10 Numa reportagem da *Revista Exame*, de 21 de agosto de 1991, líamos que Vicentinho e Meneguelli – ambos, naquele momento, membros da Articulação e que foram presidentes da CUT ao longo dos anos 1990 – nunca haviam lido um livro marxista até então.

11 Lula, em entrevista à Revista *Teoria e Debate*. Nº 13, 1991. p. 10.

12 Caderno de Teses do 4º Congresso da CUT, 1991. p. 37.

13 Jornal da *Convergência Socialista*. 1, 1989. p. 11.

14 Jornal da *CS*. 19, 1991. p. 11.

do Estado soviético, que já era operário, mas mudaria o regime político, pois se tratava da substituição pela via revolucionária da gestão arbitrária da burocracia pela democracia da gestão dos trabalhadores.

Um dos principais dirigentes da Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT) – que reivindicava a IV Internacional fundada por Trotsky e à qual a CS se afiliava –, Nahuel Moreno, defendia a idéia de que o mais provável seria a revolução política ocorrer em duas fases – tal qual a revolução de outubro: a fase que ele chamou de *"fevereiro"* que uniria todo o povo contra o governo da burocracia, seria dirigida por correntes pequeno-burguesas restauracionistas (do capitalismo) e permitiria o surgimento *"de organismos de duplo poder, como comitês de fábrica, conselhos ou sindicatos independentes"*; e a fase que recebeu o nome de *"outubro"* que seria dirigida por um partido revolucionário e, portanto, seria um processo *"consciente"* e que construiria o *"socialismo com democracia"*. Diante disso a CS concluía que *"os acontecimentos recentes do Leste europeu mostraram que a análise de Moreno era essencialmente correta"* já que lá havia ocorrido exatamente o que ele considerava como primeira fase da revolução política, exceto quanto ao fato de não ter se confirmado o surgimento imediato de organismo de duplo poder[15].

Quando as manifestações que haviam tido início na China e na Alemanha chegaram à URSS, a Convergência passou a considerar que este país era o centro do processo revolucionário mundial, porque:

> Os 131 milhões de assalariados nas empresas estatais soviéticas são os descendentes diretos da classe operária que protagonizou a primeira revolução socialista da história (...) derrotou militarmente o exército nazista (...) é também um dos operariados mais cultos do mundo. Pela tradição de seus trabalhadores e pela extensão e localização geográfica do país, os acontecimentos na União Soviética têm influência decisiva sobre (...) toda situação mundial. Por isso, o mundo já não é o mesmo desde que esse gigante, o proletariado soviético, voltou a lutar[16].

O fato do proletariado soviético se pôr em movimento e possuir laços de hereditariedade com a geração de trabalhadores que protagonizou a revolução de outubro e derrotou os nazistas na segunda guerra fazia da URSS o centro da revolução mundial no início dos anos noventa. Chama a atenção nessa lógica a secundarização do prognóstico originalmente feito por Marx de que o centro mundial da revolução socialista estaria nos países mais desenvolvidos do capitalismo, prognóstico este que também era aceito por Trotsky – como indica a citação feita acima – quando defendia que a vitória do socialismo no mundo seria irreversível apenas quando as forças produtivas desse sistema tiverem superado as da economia mundial comandada pelo capitalismo.

Diante do que já foi exposto não é difícil concluirmos que, para esse agrupamento político, com a débâcle do *socialismo real* o trotskismo estaria em franca ascensão mundial já que era a única concepção ideológica no início da década de 1990 a obter o privilégio de afirmar que a crise desse regime corroborava teses que defendia há mais de cinqüenta anos. Os trotskistas da CS enxergavam a força da contra-revolução – que atrasava a consciência dos trabalhadores e dificultava a chegada destes ao poder – sustentada por dois pilares: a burocracia stalinista e o imperialismo capitalista. Se um desses pilares havia desmoronado é óbvio que o caminho para a revolução teria ficado muito mais fácil de ser trilhado.

Podemos identificar essa lógica em alguns documentos dessa corrente daquele momento. Indagado sobre um possível fortalecimento de uma conjuntura defensiva para o socialismo em nível mundial a partir da crise no leste europeu, Valério Arcary – um dos principais dirigentes da CS no período em questão – respondia que:

> Nunca a situação mundial foi tão favorável à luta pelo socialismo no nosso século. Vou fazer uma afirmação mais chocante: nunca o Leste foi tão favorável ao socialismo! Porque as massas estão em movimento, e um elemento fundamental da ideologia marxista é acreditar profundamente que a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores. (...) As massas [na Europa oriental] querem o capitalismo? Não. (...) As massas querem melhores condições de vida[17].

Desde 1989 era possível encontrarmos, nos documentos dessa corrente, essa crença de que o mundo estava mais favorável ao socialismo e às posições trotskistas. Num artigo desse ano, que se intitulava *"É a hora do trotskismo"*, onde analisava os acontecimentos na Praça Tian Amen chinesa, o dirigente da Liga Internacional dos Trabalhadores, Alberto Franceschi afirmava:

> Há 60 anos esperamos o que agora estamos assistindo, como um grande espetáculo de lutas pela emancipação dos trabalhadores. É o programa de Trotsky (...) que surge dos gritos de combate das multidões do Leste. Vivemos a hora do trotskismo e a LIT se propõe a tornar consciente e organizar esse combate[18].

Observa-se, assim, que para a Convergência as manifestações que puseram fim aos regimes de partido único na Europa eram extremamente positivas sob a ótica da luta da classe trabalhadora mundial para construir um sistema socialista no qual pudesse ter o poder em suas mãos de forma categórica. No entanto, um aspecto daquelas manifestações era visto negativamente, elas não possuíam a direção de um partido revolucionário, nos moldes da revolução de outubro na Rússia e, logo, eram adjetivadas por esse grupo como sendo *"inconscientes"*. A LIT, por sua vez, se considerava pronta para assumir a direção desse processo.

Ao olharmos no retrovisor da história é possível considerarmos que a história foi implacável com a análise e os prognósticos realizados pela CS a partir daqueles acontecimentos na virada da década de oitenta, em especial porque não vivenciamos a seguir *"a hora do trotskismo"*. Com isso percebemos que mesmo esse grupo, que reivindicava as manifestações na China e na Europa oriental como positivas e início da revolução política prognosticada por Trotsky, sofreu as conseqüências negativas desse processo e não se pode dizer que foi feliz nas caracterizações que realizou.

É importante destacar ainda que tipo de socialismo essa corrente passava a defender diante de toda a campanha realizada pela mídia a respeito da morte desse sistema. Numa análise sobre o massacre realizado na Praça da Paz Celestial chinesa afirmava-se que o que o povo chinês, em sua luta, estava pedindo o *"socialismo com democracia"* e era justamente *"este socialismo com democracia, que existiu nos primeiros anos da União Soviética, que é[ra] reivindicado pela Quarta Internacional..."*[19].

Novamente há a diferenciação entre o período em que Lênin estava no poder, onde teria existido um *socialismo democrático*, e o momento posterior, quando Stalin já havia assumido e vai gradativamente destruindo o viés democrático que havia nesse sistema. Entretanto, é forçada a defesa de um *socialismo com democracia* para quem reivindica o leninismo, pois para o líder da revolução russa a verdadeira democracia só seria alcançada no comunismo – ou naquilo que Marx chamou de segunda fase do comunismo –, quando o Estado já não seria mais necessário e, logo, também não, a ditadura de uma classe sobre outra.

É possível que a adjetivação *com democracia* após a palavra socialismo tivesse como intuito diferenciar a posição da CS do *socialismo realmente existente* stalinista, mas é inegável que ela contradiz a própria ideologia defendida pelo grupo, no caso, o leninismo.

### *Considerações finais*

Inicialmente pode-se dizer que as duas correntes aqui analisadas apresentavam concepções de socialismo que se distanciava, em maior ou menor grau, daquilo que comumente chamamos de *marxismo clássico*, ou seja, os escritos de Marx, Engels, Lênin, Trotsky e Gramsci.

Tal fato pode ser associado à mera confusão teórica ou mesmo – mais no caso da Articulação – a convicções ideológicas pouco arraigadas. Na realidade, creio que o fim dos regimes que vigoravam no leste europeu até o início dos anos noventa não causou uma crise de consciência nas lideranças que compunham o *novo* sindicalismo, mas tão somente deixou nítida a confusão teórica que pairava sobre o conjunto dos movimentos sociais brasileiros e provavelmente indicou para muitos que suas certezas teóricas se assentavam sobre bases pouco sólidas.

Mas, concretamente, foi a Articulação que apresentou análises mais superficiais e, em dados momentos, confusas se tomarmos como parâmetro o referencial marxista. Ao adentrar a década de noventa tornou-se nítida a sua aproximação da concepção liberal, o que, sem dúvida, pode ter influenciado bastante no pragmatismo verificado na ação cutista desde então.

A própria CS indicava essa lógica quando afirmava em um texto de 1993 que *"a crise do socialismo, aberta com a queda dos regimes stalinistas no Leste europeu e na ex-URSS, só fez com que a Articulação acelerasse seu curso no rumo das teses da social-democracia e impusesse essas teses à CUT"*[20].

No entanto, é inegável que todos os grupos sofreram um enorme choque com todo aquele processo e nenhum saiu ileso ou contabilizando um saldo positivo. Dessa forma, a influência política desse choque na CUT foi claramente sentida, e em

15 Jornal da *CS*. 16, 1991. p. 11.
16 Jornal da *CS*. 17, 1991. p. 10.
17 *Revista Teoria e Debate*. Nº 10, maio de 1990. p. 56.
18 Jornal da *CS*. 20 a 26 de julho de 1989. p. 8.
19 Jornal da *CS*. 22, 1989. p. 7.
20 Textos para a 6ª Plenária Nacional da CUT, 1993. p.59.
21 Texto da Direção Nacional ao 6º Congresso da CUT, 1997. p. 16.

1986 era possível encontrar em muitas páginas das resoluções congressuais dessa Central menções ao socialismo, ao longo dos anos noventa isso diminui gradativamente. No texto da Direção Nacional ao 6º Congresso, em 1997, talvez a única referência ao socialismo seja na seguinte passagem: a CUT *"foi fundada a partir dessa compreensão ampla (...) e participa, junto com os setores explorados e a maioria da população, da construção de uma nova sociedade, justa, fraterna e igualitária: uma sociedade democrática e socialista"*[21].

Diante do passado da CUT que conhecemos, sua trajetória de lutas ao longo da década de oitenta – privilegiando o enfrentamento com o Estado e o capital – e a mudança dessa postura na década seguinte, podemos concluir que tais citações ao socialismo não apenas se distanciam daquilo que realmente representa esse sistema em seu sentido original, como expressam muito mais uma saudação ritual do que princípios orientadores de sua ação sindical.

Finalmente, resta destacar que a análise aqui realizada teve como ponto de partida a documentação sindical, mas fez-se necessário buscar nos documentos partidários dos agrupamentos políticos reflexões mais consistentes sobre a crise do *socialismo real*. Acredito que isso demonstrava – ou demonstra – o fato dessas correntes entenderem que documentos sindicais devessem ser mais superficiais, sendo, portanto, desnecessárias análises mais detidas no âmbito teórico. Assim, nessa ótica, os sindicatos teriam por objetivo simplesmente dar respostas imediatas à opressão imposta pelo Estado e pelo capital à sua categoria profissional específica, visão esta que termina por afastar ainda mais o sindicalismo da luta socialista.



# Memória e conflito no Partido dos Trabalhadores

## Introdução

Igor Gomes Santos[1]

A chegada do PT ao governo do Brasil em 2002 trouxe novas contradições às disputas internas do partido. As coligações feitas com os partidos de direita, como o PL, PTB, PP, etc., para disputar as eleições e governar com maioria, somadas a um grande apelo à governabilidade, têm levado o PT a governar nos marcos da hegemonia neoliberal que se consolidou no país da segunda metade dos anos 1990 em diante.

Nas capas de jornais, revistas e TV, dos últimos meses de 2004 até meados de 2005, não se falava de outra coisa a não ser da descoberta da participação de petistas históricos, que faziam parte ou não do governo, em processos de "caixa dois" e fraudes fiscais nas campanhas eleitorais para a Presidência da República de 2002. Sem falar de um esquema de compra de votos de parlamentares, que recebeu a alcunha de "mensalão". Ainda que tardiamente, um pedido de desculpas à Nação trouxe, no rastro, uma proposta de "refundação" do Partido. Pela "esquerda" do Partido, falava-se em buscar "o PT das origens".

Este texto procura debater as "*disputas de memória*" produzidas pelos petistas ante as acusações de corrupção no PT e no governo federal. O que se quer dizer com "a volta do PT das origens"? O que significa "refundar"? O que esses dois sujeitos coletivos, "esquerda petista" e "campo majoritário", pretendiam ressignificar em busca dessa memória? Qual a legitimidade dessa volta às origens? Para responder a essas perguntas foi necessário percorrer o contexto de fundação do PT na década de 1980, suas disputas, cisões e frações, para entender a que origens tentam remontar suas disputas de memória.

Utilizamos como arcabouço teórico-metodológico a leitura de dois textos do sociólogo Michael Pollak: *Memória, Esquecimento, Silêncio*[2] e *Memória e Identidade Social*[3]. Nesses trabalhos, o autor discutiu como o processo de construção social da memória desenrola-se por fortes disputas, que visam à consolidação de certa memória (memória oficial) em detrimento de outras, as quais ele chama de "memórias clandestinas". Estas, por sua vez, ressurgem em busca do seu lugar histórico em momentos onde a conjuntura se mostra favorável.

A memória nacional, construída por "agentes sociais hegemônicos", encarregados, segundo Pollack, da disciplina, do silêncio e da uniformização da memória, resulta de um processo de "organização da memória". Essa memória é vivenciada pelos sujeitos como "memória coletiva", enquanto, para o autor, ela é uma "memória enquadrada". O enquadramento se dá pela necessidade de transmitir a memória hegemônica e evitar a perda de coesão dos grupos e instituições onde a reprodução da memória oficial se tornou baliza identitária e de poder.

### *O "Mito Fundador": Historiografia, memória e conflito sobre a fundação do Partido dos Trabalhadores*

A década de 1980 começou no Brasil com uma onda de greves e novas lutas sociais por redemocratização. Foi uma década de crise de hegemonia do bloco político econômico (capital internacional monopolista, militares e empresários brasileiros) que dirigiu os rumos da nação depois do Golpe Militar de 1964[4].

O PT surgiu e se consolidou como um acúmulo de força política dos principais impulsos de contestação da ordem deste período: nos movimentos sociais, Pastorais da Igreja Católica, sindicalistas "autênticos" e das oposições sindicais, imprensa alternativa, militantes de organizações clandestinas,

1 Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Pesquisador do LABELU (Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais – UEFS).
2 POLLAK, Michael. Memória, esquecimento silêncio. *Estudos Históricos*, vol. 02, n. 03, 1989, p 03-15.
3 POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, v. 05, n. 10, 1992, p. 200-212.
4 FONTES, Virgínia & MENDONÇA, Sônia Regina. *História do Brasil Recente – (1964-1992)*. São Paulo: Ática, 1994.